

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO.....	5
1.^a PARTE	
INTRODUÇÃO	
I. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR.....	21
1. O patrimônio-garante da responsabilidade debitória.....	21
2. O princípio da responsabilidade patrimonial e suas exceções.....	23
3. A disponibilidade de bens pelo devedor e sua limitação	35
4. A responsabilidade patrimonial de bens de terceiros.....	37
II. A FRAUDE E OUTROS DEFEITOS DO ATO JURÍDICO	39
1. O princípio da boa-fé e a sua negação.....	39
2. Fraude contra credores e erro essencial	41
3. Fraude contra credores e dolo.....	41
4. Fraude contra credores e simulação fraudulenta. Distinção, cumulação e fungibilidade das ações	42
4.1 A questão diante do atual Código Civil	51
5. Fraude contra credores e negócio jurídico indireto	51
6. Fraude à lei e fraude contra credores	52
III. MEDIDAS CONSERVATÓRIAS DO DIREITO DE CRÉDITO, SUB-ROGATÓRIA E PAULIANA	53
1. Tutela jurídica do credor diante da insolvabilidade do devedor	53
2. Meios preventivos e meios conservatórios do crédito.....	54
3. A sub-rogação ou ação oblíqua	56
4. Pauliana e sub-rogação, ou ação oblíqua	58
IV. FRAUDE À EXECUÇÃO E FRAUDE CONTRA CREDORES. ESTUDO COMPARATIVO.....	61
1. Fraude à execução como “especialização” da fraude contra credores	61
2. Origens comuns: (I) no direito romano.....	62
3. Origens comuns: (II) no direito comparado	64
4. Origens comuns: (III) no direito das Ordenações.....	65
5. Semelhanças entre a fraude à execução e a fraude contra credores	67

6.	Tentativa de diferenciação entre os dois institutos.....	70
7.	Diferenças: (I) quanto à natureza dos institutos.....	71
8.	Diferenças: (II) quanto ao momento da prática do ato fraudulento. Litispendência.....	72
9.	Diferenças: (III) quanto ao elemento subjetivo do ato impugnado.....	73
10.	Diferenças: (IV) quanto à forma de impugnação do ato fraudulento. Embargos de terceiro.....	75
11.	Diferenças: (V) quanto à natureza do ato e aos efeitos da sentença.....	76
12.	Fraude à execução e fraude contra credores: cumulação e fungibilidade da impugnação do prejudicado.....	78

2.^a PARTE

DA AÇÃO REVOCATÓRIA OU PAULIANA

V.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIREITO COMPARADO. FUNDAMENTO.....	83
1.	O escorço e sua justificação.....	83
2.	No direito romano.....	83
3.	No direito canônico.....	84
4.	No direito costumeiro intermédio.....	84
5.	Na legislação estatutária italiana.....	85
6.	No direito francês.....	85
7.	No direito italiano.....	86
8.	No direito espanhol.....	87
9.	No direito português.....	89
10.	No direito alemão.....	89
11.	No direito argentino.....	90
12.	O direito brasileiro até o Código Civil de 1916.....	91
13.	O Código Civil atual.....	92
14.	Fundamento jurídico da revocatória.....	93
VI.	REQUISITOS DA AÇÃO PAULIANA: (I) EXISTÊNCIA DE UM CRÉDITO.....	96
1.	A regra fundamental do art. 158, § 2.º, do Código Civil.....	96
2.	Credor quirografário e credor com garantia real.....	97
3.	A questão da anterioridade do crédito.....	105
4.	A configuração do pressuposto da “existência” do crédito anterior.....	108
4.1	Na obrigação alimentar.....	112
4.2	Na obrigação resultante de salários de prestação periódica.....	112
4.3	Na indenização resultante de ato ilícito.....	113

4.4	Na obrigação por multa contratual	116
4.5	Na obrigação resultante de fiança	117
4.6	Na obrigação resultante do crédito por sub-rogação e aval	120
5.	Crédito a termo e sob condição	123
6.	O problema do chamado crédito eventual	130
VII.	REQUISITOS DA AÇÃO PAULIANA: (II) INSOLVIBILIDADE DO DEVEDOR (<i>EVENTUS DAMNI</i>) ...	133
1.	O requisito essencial do prejuízo (<i>eventus damni</i>)	133
2.	Condição de insolvibilidade e sua configuração	135
3.	Estado formal e aparente de insolvência	137
4.	Desnecessidade de prévia ação executiva para caracterização da insolvência	140
5.	Prova da insolvência e ônus probatório	143
6.	Nexo de causalidade e momento da insolvência. Alienações sucessivas ..	151
7.	Pluralidade de devedores solidários e revocatória pela insolvência de um deles	158
VIII.	REQUISITOS DA AÇÃO PAULIANA: (III) ELEMENTO SUBJETIVO (<i>CONSILIIUM FRAUDIS</i>)	163
1.	O <i>consilium fraudis</i> como característico de dano pauliano	163
2.	A questão do <i>animus nocendi</i>	164
3.	Momento da fraude	170
4.	<i>Consilium fraudis</i> : gratuidade e onerosidade do ato	171
4.1	Atos a título gratuito	171
4.2	Atos a título oneroso	174
5.	Justificativa do tratamento diferenciado	175
6.	Insolvência notória ou presumida do devedor	178
7.	Ônus da prova do <i>consilium fraudis</i> e sua apreciação	187
IX.	CARACTERÍSTICAS E MODALIDADES DE ATOS SUJEITOS À REVOCATÓRIA	189
1.	Características do ato: (I) patrimonialidade	189
2.	Características do ato: (II) atos que diminuem o patrimônio e atos que evitam o enriquecimento	190
3.	Características do ato: (III) ato <i>inter vivos</i> válido	195
4.	Características do ato: (IV) ato voluntário de disposição	197
5.	Atos gratuitos e onerosos. Atos unilaterais e bilaterais	199
6.	Renúncia de usufruto e de outros direitos adquiridos	200
7.	Remissão de dívida	202
8.	Doações	203

9.	Doações indiretas e disfarçadas.....	205
10.	Doação remuneratória e doação modal.....	207
11.	Doação com reserva de usufruto.....	209
12.	Renúncia fraudulenta de herança.....	211
13.	Renúncia fraudulenta do legado	218
14.	Renúncia à prescrição	219
15.	Fraude no pagamento de dívida.....	221
16.	Pagamento indireto e dação em pagamento.....	227
17.	Constituição de garantia hipotecária ou pignoratícia	231
18.	Negócios ordinários e negócios anormais do devedor (art. 164).....	232
19.	Convalidade da alienação pelo depósito do preço (art. 160).....	235
20.	Fraude na divisão e partilha de bens e na dissolução da sociedade conjugal.....	240
21.	Processo simulado como forma de alienação em fraude.....	244
22.	Integração de bem no patrimônio societário	246
23.	Alienações feitas com o consentimento do credor.....	247
24.	Na constituição do bem de família.....	247
	24.1 Instituição convencional e bem de família da Lei 8.009/1990	250
	24.2 O atual Código Civil.....	251
X.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO PAULIANA. NATUREZA E EFEITOS DA SENTENÇA	253
1.	Pauliana como ação arbitrária de caráter subsidiário.....	253
2.	Pauliana como ação pessoal.....	255
3.	Ação pauliana e outorga uxória	261
4.	Juízo competente. Pauliana como ação autônoma.....	262
5.	O valor da causa na ação pauliana	267
6.	Objeto e requisitos da ação pauliana.....	269
7.	Legitimado ativo para a ação pauliana	269
8.	Prova da anterioridade do crédito. Ônus probatório e efeitos da ausência de sua prova	274
9.	Legitimado passivo da ação revocatória.....	277
10.	Legitimação passiva do terceiro subadquirente. Art. 161 do CC.....	280
11.	Prova do dano pauliano: ato fraudulento e insolvência do devedor.....	288
12.	Prova do consólio fraudulento.....	288
13.	Apreciação das provas: sentença, recurso extraordinário ou especial e coisa julgada.....	288
14.	Fraude contra credores e simulação fraudulenta: cumulação e fungibilidade das ações.....	289

15.	Fraude à execução e fraude contra credores: cumulação e fungibilidade da impugnação do prejudicado	289
16.	Natureza declaratória de ineficácia da sentença pauliana	290
17.	Sentença declaratória de ineficácia e não desconstitutiva do ato	299
18.	Efeitos da sentença em relação ao patrimônio do devedor-alienante e do terceiro adquirente	300
18.1	Medida cautelar de sequestro	309
19.	Impossibilidade de reversão	310
20.	Efeitos quanto à relação devedor-adquirente. Evicção	311
21.	Efeitos da revocatória em relação aos demais credores	315
22.	Efeito <i>ex nunc</i> da sentença e a situação dos frutos	318
XI.	APURAÇÃO DA FRAUDE QUANDO DA INSCRIÇÃO DA PENHORA DO BEM ALIENADO, NO CONCURSO DE CREDORES E NOS EMBARGOS DE TERCEIRO	319
1.	Apuração da fraude quando da inscrição da penhora do bem alienado ...	319
2.	Apuração da fraude no concurso de credores	322
3.	Apuração da fraude nos embargos de terceiro	325
3.1	A questão diante da Súmula 195 do STJ	339
XII.	CAUSAS EXTINTIVAS DO EXERCÍCIO DA REVOCATÓRIA	344
1.	Prescrição da ação pauliana e da ação creditícia	344
2.	Outras causas de extinção da revocatória	346
3.	Extinção do processo pauliano pela superveniente concordata (recuperação judicial) do devedor-alienante	349
3.^a PARTE		
DA FRAUDE À EXECUÇÃO		
XIII.	ELEMENTOS E CARACTERIZAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO	353
1.	Fraude à execução como “especialização” da fraude contra credores	353
2.	Caráter publicístico do instituto e maior gravidade da fraude	354
3.	Execução e responsabilidade patrimonial	355
4.	Fraude de execução: ineficácia do ato em relação ao credor	358
5.	Consequências do juízo de ineficácia do ato fraudulento	360
6.	Desnecessidade de ação especial para a declaração de ineficácia do ato fraudulento. Alienação já transcrita no Registro Imobiliário	364
7.	Fraude de execução alegada em ação pauliana	384
XIV.	ATOS EM FRAUDE DE EXECUÇÃO	386
1.	A disposição geral	386
2.	Alienação em fraude de execução e alienação do direito ou da coisa litigiosa	387

3.	Fraude na alienação ou oneração de bem litigioso (art. 593, I).....	397
4.	Da necessidade de inscrição da citação	402
5.	Art. 593, I, do CPC e coisa móvel.....	408
6.	O art. 593, II, do CPC e pressupostos da fraude de execução	409
7.	O requisito da litispendência	409
8.	A “demanda em curso contra o devedor” como condição proveitosa	411
9.	Alienação na iminência da penhora ou após protesto de título	415
10.	Natureza do processo em curso quando da alienação. Medidas cautelares. Ação penal.....	422
11.	Momento em que se considera “em curso” a demanda contra o devedor: ajuizamento e desnecessidade da citação	429
11.1	A jurisprudência do STJ e proposta de composição	434
12.	Citação – Penhora (ou arresto) e inscrição da penhora (ou arresto).....	437
13.	Alienação (ou oneração) de bem pelo demandado após a citação válida (ou ajuizamento da ação).....	438
14.	Alienação (ou oneração), pelo executado, de bem penhorado (ou arrestado). O novo § 4.º do art. 659 do CPC.....	442
15.	Inscrição da penhora. Alienação transcrita no Registro Imobiliário.....	449
15.1	O novo § 4.º do art. 659 do CPC	459
16.	Penhora de coisa vendida antes da propositura da ação e transcrita após a litispendência. Compromisso de venda e compra e outros negócios jurídicos. Súmula 621 do STF e Súmula 84 do STJ.....	471
16.1	Súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça	494
16.2	Embargos de terceiro e a Súmula 303 do STJ	496
17.	O requisito da insolvência.....	498
18.	A questão da prova do <i>consilium fraudis</i> e sua versão atual	501
19.	Os demais casos previstos em lei (art. 593, III, do CPC).....	507
19.1	Quitação de crédito penhorado	508
19.2	Alienação de bens no período suspeito da falência	510
19.3	Alienação de bens ou rendas em fraude da Fazenda Pública	510
20.	Sequestro cautelar dos bens alienados	510
21.	Evicção sofrida pelo adquirente e direito de reembolso.....	510

4.ª PARTE

REVOCATÓRIA FALENCIAL

XV.	REVOCATÓRIA FALENCIAL E AÇÃO PAULIANA.....	515
1.	A fraude na atividade comercial e suas causas.....	515
2.	Origens da revocatória falencial.....	516

3.	Revocatória falencial e pauliana.....	518
3.1	<i>Par conditio creditorum</i>	520
3.2	Caráter publicístico	521
3.3	Legitimidade ativa e passiva	521
3.4	Requisito do <i>eventus damni</i>	522
3.5	Alienações sucessivas.....	523
3.6	O requisito do <i>consilium fraudis</i>	523
3.7	Prazos decadenciais	523
3.8	Ineficácia do ato jurídico	524
3.9	Necessidade de ação e declaração de ofício	524
3.10	Terceiro de boa-fé	524
4.	Ação pauliana e revocatória falencial. Cumulatividade e fungibilidade ...	525
XVI.	ATOS INEFICAZES DO ART. 129	528
1.	Pagamento de dívida não vencida.....	528
2.	Período suspeito. Termo legal da falência	537
3.	Pagamento de dívidas vencidas e exigíveis de forma diversa da prevista no contrato.....	541
4.	Constituição de garantia real por dívida anterior ao termo legal (inc. III)..	547
5.	Atos a título gratuito (inc. IV)	555
6.	Renúncia a herança ou a legado.....	560
7.	Venda ou transferência de estabelecimento	560
8.	Registros imobiliários após a declaração da falência.....	568
9.	A Lei 11.101/2005 e suas implicações	577
XVII.	ATOS REVOGÁVEIS DO ART. 130	580
1.	A disposição do art. 130.....	580
2.	O pressuposto da fraude contra credores do art. 130	581
3.	O <i>eventus damni</i> da revocatória do art. 130.....	584
4.	Atos revogáveis do art. 130	587
5.	A questão da anterioridade do crédito	590
6.	Momento em que o ato foi praticado.....	591
XVIII.	ATOS INEFICAZES EM RELAÇÃO À MASSA. ESCORÇO COMPARATIVO.....	595
1.	Distinção quanto ao momento em que o ato foi praticado.....	595
2.	Distinção quanto ao <i>eventus damni</i>	595
3.	Distinção quanto à enumeração dos atos impugnáveis.....	596
4.	Distinção quanto ao <i>consilium fraudis</i>	596
5.	Distinção quanto à necessidade de ação	596

6.	Declaratória de ineficácia (art. 129) e desconstitutiva (art. 130).....	598
7.	O pretendido efeito recuperatório da sentença de revogação	600
8.	Efeito primário da ineficácia do ato e suas consequências.....	602
9.	A intangibilidade dos créditos securitizados.....	605
10.	Distinção quanto aos efeitos em relação a terceiros	605
11.	Revocatória e pauliana. Cumulação e fungibilidade.....	607
XIX.	ACÇÃO REVOCATÓRIA.....	610
1.	Prazo para propositura da ação	610
2.	Natureza da ação e juízo competente.....	612
3.	Procedimento ordinário e suas consequências.....	614
4.	Legitimado ativo.....	617
5.	Legitimado passivo.....	622
6.	Inadmissibilidade de reconvenção e compensação	625
7.	Suspensão e extinção da revocatória.....	626
8.	Sequestro preventivo	627
9.	Outras formas de oponibilidade da ineficácia do ato	627
10.	Revogação do ato praticado com base em decisão judicial	628
XX.	RESTITUIÇÃO DOS BENS À MASSA E RESTAURAÇÃO DO STATUS QUO ANTE	630
1.	Revocatória e obrigação de restituir	630
2.	Extinção e limitação da obrigação de restituir	631
3.	Repetição pela massa do que foi prestado pelo contraente	632
4.	Responsabilidade do falido por perdas e danos	634

5.^a PARTE

FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL

XXI.	A FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL E SUAS PECULIARIDADES	639
1.	As peculiaridades da execução fiscal e sua defraudação	639
2.	Penhorabilidade de bens dos sócios.....	639
3.	Extensão excepcional da responsabilidade tributária	640
3.1	Capital não integralizado	640
3.2	Arts. 134 a 136 do CTN	640
3.3	Dissolução irregular da sociedade	643
3.4	Excesso de poder ou infração da lei ou do contrato	646
3.5	Sociedade de fato e irregular	648

4.	Sucessão e cisão de empresas	648
5.	Atos dos corresponsáveis em fraude à execução da devedora	649
6.	Fraude à execução e fraude à execução fiscal	651

6.ª PARTE

FRAUDE À EXECUÇÃO PENAL

XXII.	DEFRAUDAÇÃO PENAL DA GARANTIA DO CRÉDITO.....	663
1.	Proteção penal do crédito.....	663
2.	Disposição de coisa alheia como própria	663
3.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	664
4.	Defraudação de penhor	670
5.	Fraude à execução.....	671
6.	Desvio de coisa sob depósito judicial.....	675
	BIBLIOGRAFIA	677
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	687